

# Editorial especial

## 25 anos de Saúde e Sociedade Qual o lugar das ciências sociais e humanas no campo da Saúde Pública/Coletiva no Brasil?

A *Saúde e Sociedade* inicia 2016 com uma dupla comemoração: os seus 25 anos de existência e um ano completo de uma nova configuração editorial da revista. Nesses 25 anos, é evidente a consolidação da revista como espaço de divulgação do conhecimento produzido na articulação entre a academia e os serviços de saúde, por meio da parceria sólida entre a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP) e a Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), e também de temas que ressaltam a importância da interface entre a saúde e as ciências sociais e humanas.

Comemorar esses fatos nos remete a algumas questões, ainda renitentes, relativas ao campo das ciências sociais em saúde no Brasil. Se nesses 25 anos houve muitas conquistas, emergiram também desafios e novas perspectivas de diálogo entre essas diversas áreas de conhecimento, o que nos pareceu um bom motivo para escrever esse editorial especial.

Falamos não só do lugar dessa nova configuração editorial da revista, como do lugar de cientistas sociais atuantes no campo da Saúde Pública/Coletiva; ou seja, o lugar das ciências sociais em saúde.

A revista veio, ao longo da sua existência, produzindo encontros, oficinas e dossiês temáticos sobre as ciências sociais e humanas em saúde, e nosso objetivo, neste momento, é nos dirigir a nossos leitores, autores e colaboradores para expressar algumas das nossas impressões atuais sobre a consolidação da revista e seu papel no campo da Saúde Pública/Coletiva, bem como suas contribuições para o pensamento social em saúde no Brasil.

Sabemos que o diálogo entre as ciências sociais e a saúde se instaura de forma cientificamente institucionalizada com a constituição do campo da Saúde Coletiva (Luz, 2011). Sabemos também o papel determinante que as ciências sociais desempenha-

ram não apenas na articulação política desse campo como na formulação dos seus objetos de pesquisa e práticas, desdobrando-se daí como um subcampo, o das ciências sociais em saúde - hoje acrescidas do termo "humanas".

Porém, paradoxalmente, é exatamente no diálogo interno ao campo da saúde que o protagonismo teórico-metodológico das ciências sociais e humanas se encontra mais fragilizado. A despeito da aproximação intensa e crescente entre as ciências da saúde e sociais, crescem e se intensificam, também, muitas questões relativas aos aspectos teóricos e metodológicos envolvidos. Várias podem ser as explicações para esse fenômeno: o espraiamento do próprio campo com a incorporação de diferentes atores e sujeitos; a emergência das novas gerações no campo da Saúde Coletiva de formação da área das ciências da saúde que se dedicam às questões sociais; a diversificação temática do campo da saúde, bem como no âmbito das próprias ciências sociais; a multiplicação de protagonistas institucionais no campo - que envolvem não apenas a academia como os serviços de saúde -; o crescimento da área da gestão, englobando o segmento da política em saúde; a própria crise explicativa das ciências sociais, mais profundamente vivenciada nos anos de 1980; os rumos crescentemente empíricos e pragmáticos da produção científica internacional e nacional etc. São tantos os aspectos que se torna quase impossível mencionar todos. Entretanto, eles têm, de alguma forma, sido discutidos por colegas do campo, o que indica a atitude profundamente autocrítica que as ciências sociais e humanas em saúde ainda mantêm, fiéis a sua linhagem original (Ianni et al., 2014).

Entretanto, como editoras científicas - ao mesmo tempo cientistas sociais envolvidas nesse diálogo com o campo da saúde -, temos deparado com várias dessas questões na condução da revista, tendo em vista sua linha editorial. Algumas delas se colocam mais claramente, como: diante do cenário de certo espraiamento das ciências sociais e humanas em saúde no campo da Saúde Coletiva, e da perda de seu protagonismo, que papel deve (ou pode vir) a desempenhar a revista *Saúde e Sociedade*? Que tipo de contribuição ela ainda pode oferecer ao campo da Saúde Coletiva, ao das ciências sociais e humanas

(?) em saúde e ao pensamento social em saúde no Brasil? Por outro lado, será ainda possível uma contribuição essencial das ciências sociais à saúde? De que natureza? A que público a revista pode/deve se dirigir? Em um contexto produtivista e globalizado da produção científica, a *Saúde e Sociedade* teria o papel de dar voz à produção das ciências sociais e humanas em saúde sobre Brasil? Que contribuição a revista ainda pode dar ao pensamento teórico-metodológico (auto)crítico, característico da emergência do campo?

Questões como essas têm nos preocupado e, obviamente, estão longe de encontrar respostas ou soluções banais.

Diante do cenário dos *papers* enxutos, da escrita objetiva e dos trabalhos com resultados empiricamente precisos de pesquisas rápidas e sintéticas que tendem a ser crescentemente valorizados pelo mercado editorial internacional das publicações científicas e programas de pós-graduação, podem, inclusive, parecer como absolutamente despropositadas.

Entretanto, apesar desse aparente desajuste - dessas ideias fora do lugar -, nos mantemos formulando essas questões, porque, para além de qualquer pretensão de respondê-las imediatamente, o que sabemos impossível, nosso intento é de que elas se tornem bússolas de horizontes prováveis, de direções a (per)seguir. Pressupomos, inclusive, que manter esse tipo de preocupação deve ser tarefa intrínseca e necessária a quem se situa no campo das ciências sociais e humanas (e saúde): o colocar-se sempre na perspectiva autocrítica de sujeito social, histórico.

Essa é a perspectiva que nos tem orientado na condução da linha editorial da revista.

Acurar os artigos publicados na direção da valorização do enfoque teórico-metodológico das ciências sociais e humanas - incluindo as mais diferentes abordagens: sociológica, antropológica, histórica, da ciência política, da psicologia social, da filosofia, da economia política, etc.

Enfrentar o desafio das novas temáticas e perspectivas disciplinares na interface das ciências sociais, humanas e a saúde, tais como as questões ecológico-ambientais; as profundas transformações sociais contemporâneas, as interseccionalidades, vulnerabilidades e garantia de direitos; além da retomada de velhas (novas) questões, como a relação dialética entre natureza e cultura ou entre o social e biológico, entre tantas outras (Cohn, 2013). Quais os limites dos diferentes saberes? Como delinear a abordagem da teoria social em temáticas ainda incipientes e substancialmente interdisciplinares? Que tipo de contribuição as ciências sociais e humanas podem dar à constituição teórica e epistemológica desses novos objetos? Como produzir novas alianças - entre disciplinas, entre abordagens metodológicas - que, de fato, impliquem a sua inter-relação?

Diante de um cenário pulverizado de produção do conhecimento em uma sociedade como a brasileira, mergulhada na dinâmica da sociedade informacional global, propor tais questões pode significar certo anacronismo. Porém, na perspectiva de nos mantermos fiéis a nossas raízes, acreditamos que procedendo dessa maneira contribuiremos para o aprofundamento da crítica e, nesse sentido, o avanço do conhecimento.

## Referências

COHN, A. Ciências sociais e saúde pública/coletiva: a produção do conhecimento na sua interface. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 15-20, mar. 2013.

IANNI, A. M. Z. et al. As Ciências Sociais e Humanas em Saúde na ABRASCO: a construção de um pensamento social em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 11, p. 2298-2308, 2014.

LUZ, M. T. Especificidade da contribuição dos saberes e práticas das Ciências Sociais e Humanas para a saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 22-31, jan./mar. 2011.